

Relatório de Atividades e Contas de 2018



Abril de 2019

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO	4
IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
Atividade: PACTO 2020 - Informação	5
Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)	6
Avisos de Abertura de Concurso	6
Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)	7
Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)	8
Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)	9
Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2018)	10
Relacionamento com a Autoridade de Gestão	11
Relacionamento com o Organismo Pagador	12
Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território	12
Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	13
Avisos de Abertura de Concurso	13
Processo de Análise das candidaturas FEDER	14
Processo de Decisão das candidaturas FEDER	15
Processo de Contratação das candidaturas FEDER	16
Processo de Execução das candidaturas (FEDER)	16
Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)	18
Aviso de Concurso	18
Processo de Análise das candidaturas FSE	18
Processo de Decisão das candidaturas FSE	20
Processo de Contratação das Operações FSE	20
Processo de Execução das Operações FSE	21
Atividade: PACTO 2020 - REDE	22
Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais	23
Atividade: Promover os Produtos Locais	25
Atividade: Empreendedorismo Rural	27
PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS	30
ATIVIDADE FORMATIVA	32
COOPERAÇÃO	35
CONTAS 2018	36
Demonstração de Resultados por Naturezas	36
Balanço	38
CONCLUSÃO	40
ANEXOS	41
Balanço (31.12.2018)	42
Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2018)	43
Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)	44
Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2018)	45
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018	47

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos noventa do século passado que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) / Grupos de Ação Local (GAL) têm desempenhado um papel fundamental nos seus territórios de intervenção. A sua intervenção tem sido transversal em diferentes áreas de atuação e, em todas elas, com resultados positivos reconhecidos pela comunidade.

No ano de 2018, a prática e a atuação não foi diferente. Foi um ano de plena implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) aprovada para este período de programação (2014-2020) com a abertura de avisos de candidaturas ao PDR2020 no âmbito da medida 10 – Abordagem LEADER.

Ao longo de 2018 foram também concluídas as análises técnicas ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIEE), financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo Social Europeu (FSE).

Durante este ano foi possível voltar a prestar resposta numa área em que a ADICES tem muitas provas dadas: a formação profissional. Neste ano foi aprovada a candidatura “Capacitação para a Inclusão”, medida 3.05 do PO ISE – Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego, que possibilita a realização de 28 ações nos cinco municípios. Para além do elevado volume de formação que lhe está subjacente, realça-se também a capacitação de um público desfavorecido, potenciando a sua integração social e profissional.

Neste ano foi, também, possível efetuarmos candidaturas no âmbito da Cooperação, que nos vai permitir encontrar mais e melhores respostas para o nosso vasto território.

A Direção

ADICES, 03 de abril de 2019

EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO

No ano de 2018, a ADICES deu continuidade ao trabalho das ações de encerramento da Iniciativa LEADER/PRODER (inserida na ELD que foi aprovada no quadro de programação anterior), ao nível do acompanhamento pós execução das operações, de acordo com os termos contratuais estipulados e regulamentados, uma vez que continuaram a decorrer processos de controlo de qualidade às operações executadas, aos quais a Equipa Técnica Local (ETL) teve de acompanhar e monitorizar, representando o elo de ligação entre o beneficiário e o IFAP, I.P.

Tratou-se de uma tarefa que envolveu uma monitorização constante à atividade dos promotores e na realização de pontos de situação às operações aprovadas e executadas, tendo originado, em alguns casos, à reanálise dos pedidos de pagamento, por alterações contratuais, em virtude da não manutenção dos Postos de Trabalho (PT), criados com a aprovação do projeto e por não cumprimento de condições contratuais, nomeadamente de manterem uma atividade sustentável.

Importa notar, neste relatório que, em 2018 e, ainda no âmbito da execução do período de financiamento anterior (2007-2014), foram realizados 8 Controlos de Qualidade às operações aprovadas e executadas, tendo sido todos promovidos pelo IFAP, I.P.

Os quadros que se seguem refletem o número de controlos de qualidade realizados nesse contexto, por medida e por entidade:

Quadro n.º 1- Controlos de Qualidade PRODER, por medida e por entidade, em 2018

Controlos de Qualidade						Total
Medida	GPP	IGF	IFAP	DRAP Centro	TCE	
3.1.1	0	0	0	0	0	0
3.1.2	0	0	5	0	0	5
3.1.3	0	0	3	0	0	3
3.2.1	0	0	0	0	0	0
3.2.2	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	8	0	0	8

Verificou-se a necessidade de aplicar os mecanismos de monitorização e de apoio aos beneficiários criados pela Equipa Técnica Local, que permitissem desbloquear alguns constrangimentos da natureza técnico-financeira que afetaram os projetos e permitissem rapidamente ultrapassar as situações identificadas pelo controlo, de forma a alcançar uma melhor taxa de execução do investimento aprovado.

IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atividade: PACTO 2020 - Informação

Continuação da publicação da folha informativa; difusão local de documentação relevante de parceiros; notas informativas, animação da página da internet e do “facebook”, etc.

No que respeita a esta atividade, a ADICES pretendeu dar continuidade a um conjunto de iniciativas promotoras da circulação e disponibilização de informação relevante para o território com o objetivo de envolver ativamente os parceiros e criar dinâmicas e mecanismos de transferência de informação comuns. Neste contexto, a comunicação direta e presencial com os parceiros foi privilegiada e aconteceu através das Assembleias Gerais/Assembleias de Parceiros da ADICES, em sessões de trabalho, reuniões (formais e informais) bem como em momentos de debate e reflexão. A ADICES recorreu, também, a diversos suportes externos nomeadamente com o envolvimento dos órgãos de comunicação social local e regional, com a criação e elaboração de comunicados de imprensa e sessões de trabalho nas quais se mobilizam estes órgãos para temáticas relevantes no território. A disseminação de informação através de suportes de informação virtuais, nomeadamente, a “página web” da ADICES e o “facebook”, e a articulação com os portais de outros parceiros, configurou-se como uma ferramenta fundamental de apoio à organização e divulgação do território.



Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020.

Avisos de Abertura de Concurso

No âmbito da implementação do Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2018 foram realizados seis (6) Avisos de Abertura de Concurso, respetivamente: Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola, Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas; Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola; Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais e Operação 10.2.1.5 – Promoção de Produtos de Qualidade Locais.

Quadro n.º 2 – PDR2020 (concursos abertos em 2018 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)

Implementação da EDL	Períodos de abertos no ano	Dotação Despesa Pública
10.2.1.1 Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola	De 02 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019	666 063,94 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 01 de março de 2018 a 31 de maio de 2018	554 517,25 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 02 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019	520 769,06 €
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração agrícola	De 01 de março de 2018 a 31 de maio de 2018	434 283,28 €
10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais	De 03 de julho de 2018 a 12 de outubro de 2018	377 261,34 €
10.2.1.5 Promoção de Produtos de Qualidade Locais	De 02 de novembro de 2018 a 31 de dezembro de 2018	50 000,00 €

No âmbito dos 6 concursos realizados em 2018, foram rececionados 31 Pedidos de Apoio (PA) que totalizavam um investimento de 1.801.652,20€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 855.699,83€.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro seguinte, as candidaturas rececionadas estão distribuídas pela Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola (21 candidaturas), Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (7 candidaturas); Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola (3 candidaturas). Registe-se que a Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais e a Operação 10.2.1.5 – Promoção de Produtos de Qualidade Locais não tiveram qualquer candidatura apresentada.

Quadro n.º 3 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública propostos em concursos do ano 2018)

Operação	Dotação orçamental	Candidaturas apresentadas		
		N.º	Investimento Total	Comparticipação
10.2.1.1	666 063,94 €	21	533 792,11 €	266 896,06 €
10.2.1.2	554 517,25 €	3	401 457,03 €	180 655,66 €
10.2.1.2	520 769,06 €	4	501 068,42 €	225 480,79 €
10.2.1.3	434 283,28 €	3	365 334,64 €	182 667,32 €
10.2.1.4	377 261,34 €	0	0,00 €	0,00 €
10.2.1.5	50 000,00 €	0	0,00 €	0,00 €
TOTAL	2 602 894,87 €	31	1 801 652,20 €	855 699,83 €

Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)

O processo de análise, dos Pedidos de Apoio recebidos, iniciou após o termo de apresentação dos mesmos e foi realizado na plataforma eletrónica “Balcão 2020” do PDR2020 (PDR2020-BackOffice).

Este processo de análise tem de cumprir com o estabelecido na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, bem como nas Orientações Técnicas Específicas (OTE’s) e nas Normas de Análise respetivas, que implicam um conjunto de procedimentos de análise faseados e que, para além do trabalho técnico interno da ETL, originam a solicitação de esclarecimentos e processos de audiência prévia aos promotores das operações que, resumidamente se estrutura da seguinte forma:

- Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário;
- Verificação dos critérios de elegibilidade da operação;
- Verificação da documentação obrigatória;
- Verificação da coerência técnica, económica e financeira;
- Verificação da Despesa Elegível, níveis e limites aos apoios (inclui o apuro da razoabilidade de custos dos investimentos apresentados);
- Pedido de Esclarecimentos;
- Cálculo da Valia Global da Operação (VGO);
- Verificação das condicionantes do Pedido de Apoio;
- Parecer Final do Pedido de Apoio;
- Processo de Audiência Prévia;
- Hierarquização dos Pedidos de Apoio.

De registar que, para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos PA, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui para a morosidade do processo de decisão.

Finda a análise de todas as candidaturas apresentadas no mesmo período e após a audiência dos interessados, o GAL procede à hierarquização das mesmas através do Sistema de Informação do PDR2020, em função da Valia Global da Operação (VGO), dos critérios de desempate estabelecidos nos Regimes de Aplicação e nos Anúncios de abertura, de acordo com a dotação orçamental definida para cada período de abertura.

Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)

A decisão final sobre a aprovação dos Pedidos de Apoio, decorre da deliberação do Órgão de Gestão da ADICES, em função da pontuação obtida no cálculo da VGO e até ao limite da dotação orçamental disponível. A decisão é sempre precedida de audição da Comissão de Gestão do PDR2020, a qual é efetuada mediante consulta escrita com a apresentação das listagens das candidaturas selecionadas para decisão. Após a consulta, a Gestora profere decisão final, em despacho exarado sobre as listagens das candidaturas e o relatório da consulta efetuada.

A notificação da decisão ao beneficiário é efetuada por via eletrónica, através do Sistema de Informação do PDR2020 e, após homologação da operação quando esta existir.

Assim, no decorrer da análise das 27 candidaturas rececionadas no decorrer dos 6 avisos de concurso, verificamos que existiram 2 candidaturas aprovadas na operação 10.2.1.2. A operação 10.2.1.4 e a operação 10.2.1.5 não rececionaram qualquer candidatura. De salientar, também, que o aviso de concurso à operação 10.2.1.1 e 10.2.1.2 finalizaram a 31.01.2019, pelo que não foram considerados os montantes referentes a esse aviso. No entanto, foram rececionadas 21 candidaturas à medida 10.2.1.1, que totalizavam um investimento total de 533.792,11€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 266.896,06€ e, na medida 10.2.1.2, foram rececionadas 4 candidaturas que totalizavam um investimento total de 501.068,42€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 225.480,79€.

Quadro n.º 4 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública aprovado em concursos do ano 2018)

Operação	Candidaturas Aprovadas			N.º postos trabalho criados
	N.º	Inv. Total	Comparticipação	
10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	21	Em análise		
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	2	121 921,41 €	54 864,63 €	2
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	4	Em análise		
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na Exploração Agrícola	0	0,00 €	0,00 €	0
10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais	0	0,00 €	0,00 €	0
10.2.1.5 - Promoção de Produtos de Qualidade Locais	0	0,00 €	0,00 €	0
TOTAL	27	121 921,41 €	54 864,63 €	2

Registe-se que, dos projetos aprovados pela ADICES, a medida 10.2.1.1 é aquela onde se verifica uma maior incidência. No entanto, e como referido anteriormente, é a operação 10.2.1.5 não rececionou qualquer candidatura, fruto de existirem poucos produtos certificados no território, bem como a falta de agrupamentos de produtos. Verificamos, também, que Águeda é o concelho em que mais projetos foram aprovados, seguido de perto pelo concelho de Tondela. Mortágua é o concelho onde se verifica uma dinâmica mais fraca.

Quadro n.º 5 – PDR2020 (Distribuição por concelho / Nº de projetos aprovados no ano 2018)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	12	5	1	5	5	28
10.2.1.2	1	0	0	0	2	3
10.2.1.3	0	1	1	0	0	2
10.2.1.4	0	0	0	0	1	1
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	1	4
TOTAL	13	7	3	6	9	38

Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)

A comunicação dos dados de aprovação das candidaturas é realizada entre o sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) e o IFAP, IP via *web service* de interoperabilidade, para garantir a qualidade da informação e para que este último (IFAP) possa proceder à contratualização das operações aprovadas.

Importa registar, que neste processo o IFAP, I.P. poderá selecionar um (ou mais) projeto(s) para efeitos de Controlo de Qualidade.

Após verificação dos dados e autorização da disponibilização dos termos de aceitação das operações pelo IFAP, é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP), encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação do projeto.

O promotor recebe uma mensagem de correio eletrónico, para o endereço que consta da sua identificação de beneficiário (IB), a informar da disponibilização do termo e do prazo para a sua aceitação. A assinatura deste é efetuada digitalmente, através do utilizador e palavra-chave do beneficiário, sendo que após a sua assinatura, o formulário do pedido de pagamento fica disponível para a sua formalização.

Importa registar que, torna-se fundamental a atualização do endereço eletrónico da Identificação do Beneficiário (IB) para evitar constrangimentos desnecessários.

Neste contexto e, no conjunto das operações em processo de contratualização, regista-se apenas um caso de anulação do termo de aceitação, por incumprimento de prazos para a sua aceitação.

Quadro n.º 6 – PDR2020 (Distribuição por concelho dos projetos contratualizados no ano 2018)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	8	5	0	5	2	20
10.2.1.2	1	0	0	0	1	2
10.2.1.3	0	1	1	0	0	2
10.2.1.4	0	0	0	0	1	1
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	1	4
TOTAL	9	7	2	6	5	29

Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2018)

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2018 serviu de base para a execução financeira da ADICES, para o atual período de atuação, refletindo-se positivamente na aprovação e acompanhamento de projetos de relevância para o território, fomentando e incentivando ao investimento local e prosseguindo com os objetivos inscritos no âmbito do PACTO 2020 e sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).

Importa recordar que a execução da EDL resulta de uma intervenção plurianual, tratando-se de um trabalho pluridisciplinar de continuidade, construído em torno de um sistema cíclico de abertura de candidaturas, análise de candidaturas, aprovação de pedidos de apoio, contratação e execução de projetos.

Atendendo aos diferentes ritmos de trabalho encetados não somente pelo GAL ADICES, como pelos beneficiários do programa, verifica-se com frequência a sobreposição e ocorrência simultânea de momentos distintos nas fases de operacionalidade da EDL e da execução das operações.

Esta situação foi particularmente evidente na execução da EDL no ano de 2018, em que, além do processo de análise, aprovação e contratação das operações, na sequência dos concursos realizados, foi ainda iniciado o acompanhamento da execução física e financeira das mesmas, embora sem grande expressão, conforme refletido no quadro n.º 7.

Quadro n.º 7 – PDR2020 (Nº de projetos com execução registados no ano 2018)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	2	0	0	0	2	4
10.2.1.2	0	0	0	0	1	1
10.2.1.3	0	0	1	0	0	1
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	0	1	0	2
TOTAL	2	1	1	1	3	8

Registe-se que, para 2019, a ADICES tem prevista ações de acompanhamento, esclarecimento e apoio aos potenciais beneficiários, para que estes apresentem as suas ideias de negócio devidamente fundamentadas e organizadas e em conformidade com os aspetos legais exigidos nos avisos de abertura de concurso, com vista ao conseguimento das metas e indicadores do programa.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo PACTO 2020



Relacionamento com a Autoridade de Gestão

O trabalho de preparação, desenvolvimento e consolidação da EDL, implica a um relacionamento direto e permanente entre a ADICES e a Autoridade de Gestão do PDR2020, em conformidade com os procedimentos e orientações definidos nos regulamentos para a implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Durante o ano de 2018, verificou-se um contacto regular por correio eletrónico e contacto telefónico entre o GAL ADICES e a AG PDR2020, diretamente relacionado com as fases de trabalho e execução da EDL, indo desde a preparação de documentação no âmbito dos avisos de abertura de concurso, controlos efetuados, execução e acompanhamento dos projetos aprovados.

De uma forma geral, verificou-se uma grande diligência entre ambas as partes, no cumprimento das suas respetivas obrigações regulamentares. Frequentemente, foi solicitado o auxílio da AG PDR2020 para o esclarecimento de dúvidas e a opinião sobre alguns casos particulares decorrentes do processo de análise das candidaturas, permitindo o desbloqueio de alguns impedimentos ao regular desenvolvimento da EDL.

Paralelamente, o GAL ADICES procurou também ser diligente na prestação da informação e documentação solicitada pela AG PDR2020, que ao nível da regular execução da EDL, quer ao nível dos controlos de qualidade realizados por esta entidade.

Relacionamento com o Organismo Pagador

À semelhança do que acontece com a AG PDR2020, também o relacionamento entre a ADICES e o IFAP, I.P. decorreu em cumprimento dos procedimentos e orientações aplicáveis, pese embora o envolvimento com o IFAP, I.P. se realiza sobretudo ao nível da execução dos Pedidos de Apoio.

No entanto, é importante referir que, em 2018, o relacionamento existente foi escasso, sobretudo, pela ADICES ter rececionado poucos pedidos de pagamento.

No entanto, sempre que existe alguma dúvida relativo à execução e a pedidos de pagamento, verifica-se o contacto entre as duas entidades, que ocorre de forma regular. Registe-se que, nem sempre, tem sido facultada resposta às questões colocadas ao info.pagamentos@ifap.pt.

Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território

Conforme se encontra definido na sua estratégia de atuação, a implementação da EDL segue uma lógica de permanente articulação e complementaridade entre às várias atividades, projetos e programas dinamizados pela ADICES e entre as demais iniciativas, projetos e programas desenvolvidos por entidades externas no território de intervenção do GAL ADICES.

Assim, verificamos por um lado, que internamente a estratégia de atuação da ADICES procura complementar-se em todas as suas vertentes de atuação, nomeadamente através da articulação entre:

- Sistema de Incentivos aos Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E);
- Trabalho em parceria e a participação em projetos e iniciativas desenvolvidas local ou regionalmente, permitem potenciar e aprofundar o conhecimento do território e o envolvimento com o trabalho desenvolvido por entidades parceiras e associadas.

Por outro lado, importa lembrar que a implementação da EDL, conforme se encontra definida na sua candidatura, procura articular e complementar com as demais políticas de âmbito nacional, regional, local e sectorial aplicáveis ao território de intervenção deste GAL.

Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas, ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios).

Avisos de Abertura de Concurso

No âmbito da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2018, foi concluída a análise às candidaturas do aviso de concurso para a apresentação de candidaturas ao abrigo do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE).

As candidaturas podem mobilizar, de forma isolada ou conjunta, os dois Fundos da Coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE). Deverão ter por objetivo a criação ou expansão de micro e pequenas empresas, envolvendo um projeto de investimento e a criação líquida de postos de trabalho, em qualquer das modalidades de apoio, permitindo que numa mesma candidatura sejam submetidas duas operações, para cada uma destas componentes.

O Aviso de concurso finalizou a 29 de dezembro de 2017, distribuído por três fases para receção das candidaturas (conforme quadro nº 8).

Quadro n.º 8 – FEDER/FSE (concursos abertos em 2017 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)

Fases de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão	Dotação Orçamental
Fase 1: até 31.07. 2017 - 18h	25/10/2017	605.622,06€
Fase 2: até 16.10. 2017 - 18h	12/01/2018	
Fase 3: até 29.12.2017 - 18h	26/03/2018	

No entanto, tratando-se de dois fundos distintos (FEDER e FSE), com dotações orçamentais próprias, apresentamos, neste relatório, os resultados em separado, como se de duas atividades, no âmbito do PACTO2020, se tratassem.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro n.º 9, as candidaturas rececionadas encontram-se distribuídas pelas três fases definidas no Aviso de Concurso, realizado em 2017. No âmbito da análise dessas três fases foram rececionadas um total de 48 candidaturas, que perfizeram um investimento total de 3.691.863,10€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 1.909.108,00€.

Quadro n.º 9 – FEDER (Nº de candidaturas/Investimento e ajuda pública proposto em concursos)

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605 622,06€	23	1 779 570,39 €	972 924,81 €	48
2.ª Fase		8	664 855,31 €	304 286,89 €	19
3.ª Fase		17	1 247 437,40 €	631 896,30 €	37
TOTAL		48	3 691 863,10€	1 909 108,00€	104

Processo de Análise das candidaturas FEDER

O circuito de análise de uma candidatura ao SI2E, neste fundo de coesão, compreende três fases: análise de admissibilidade; análise técnica e análise financeira (que inclui a análise de mérito e proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEL, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas teve o seu início após o termo de apresentação das mesmas (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de análise atrás descritas. Registe-se que na 1.ª fase, o circuito de análise não se encontrava uniformizado para todos os intervenientes no processo, o que fez com que as decisões transitassem para o ano de 2018.

Importa registar que a ETL/ADICES, durante os vários quadros comunitários (e nos resultados dos controlos de qualidade obtidos), foi elaborando mecanismos e ferramentas, que foi aperfeiçoando ao longo dos anos, de forma a garantir a qualidade da análise das candidaturas e, que atualmente dão suporte à análise das mesmas, adequando-os às orientações existentes.

Assim, no decorrer da análise das 48 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FEDER, verificamos que foram propostas a aprovação de 23 candidaturas que perfazem um valor total de investimento de 1.563.354,38€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 874.508,33€. Registe-se que esse valor corresponde a 144% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Importar referir que, durante o ano de 2018, os promotores da 3.ª fase do aviso de concurso não receberam a notificação de Audiência prévia, pelo que ainda poderá existir alguma alteração à decisão e/ou montantes aprovados.

Quadro n.º 10 – FEDER (Proposta de candidaturas aprovadas)

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovados			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605 622,06 €	16	1 085 645,90 €	602 677,31 €	37
2.ª Fase		1	67 470,02 €	40 482,01 €	1
3.ª Fase		6	410 238,46 €	231 349,01 €	11
TOTAL		23	1 563 354,38 €	874 508,33 €	49

Processo de Decisão das candidaturas FEDER

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência prévia tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (plataforma de gestão eletrónica).

Importar referir que, durante o ano de 2018, apenas os promotores da 1.ª e 2.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação de Audiência prévia, pelo que ainda poderá existir alguma alteração à decisão e/ou montantes aprovados da 3.ª fase do concurso.

Processo de Contratação das candidaturas FEDER

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à impressão do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Importa registar, que a decisão caduca por falta de submissão do Termo de Aceitação no prazo de 30 dias úteis a contar da data de notificação da decisão (salvo motivo justificado aceite pela AG) impedindo o prosseguimento da candidatura para a fase de execução.

Desse modo, verificamos que as 16 candidaturas aprovadas procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas. Importa referir que apenas assinaram o termo de aceitação as candidaturas provenientes da 1.ª fase do aviso de concurso.

Quadro n.º 11 – FEDER (Contratação das candidaturas aprovadas)

FEDER	Candidaturas Contratualizadas			PT a criar
	N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	16	1 085 645,90 €	602 677,31 €	37
2.ª Fase	0	0,00 €	0,00 €	0
3.ª Fase	0	0,00 €	0,00 €	0
TOTAL	16	1 085 645,90 €	602 677,31 €	37

Processo de Execução das candidaturas (FEDER)

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), publicada por despacho nº10548-B/2017, iremos destacar alguns procedimentos que os beneficiários deverão ter em conta neste processo:

1.- Os pagamentos da componente de incentivo FEDER são processados de acordo com as seguintes modalidades:

- Pagamento a Título de Adiantamento contra Termo de Aceitação (PTA-TA) – o pagamento do incentivo sem a correspondente contrapartida de despesa de investimento realizada, sendo processado na sequência da assinatura do Termo de Aceitação;
- Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura (PTA-Fatura) – o pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas;

- Pagamento a Título de Reembolso (PTR) – o pagamento do incentivo contra apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas, podendo ser intercalar (PTRI) ou Final (PTRF).

2.- O primeiro pedido de pagamento, qualquer que seja a modalidade, deve ser solicitado pelo beneficiário até 1 mês após a assinatura do Termo de Aceitação, não devendo o prazo que medeia a apresentação dos demais pedidos de pagamento ser superior a três meses.

3.- A Autoridade de Gestão, ou entidade gestora designada nos termos do artº 15 da Portaria nº105/2017 de 10 de março (GAL e/ou as CIM's) analisam a despesa apresentada e deliberam sobre o PTRI emitindo a correspondente ordem de pagamento. Consideramos que a análise deve ser sustentada pela realização de uma visita física ao local para a sua validação.

4.- O pagamento é assegurado pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, IP, após a receção da ordem respetiva.

Importa assinalar que, em 2018, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIzE)



Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos).

No seguimento da descrição da atividade anterior e, uma vez que as duas estão relacionadas, importa registar o seguinte:

Aviso de Concurso

No âmbito das três fases do aviso de concurso realizado em 2017, o quadro abaixo regista a informação de 40 candidaturas rececionadas nesta componente, que totalizavam um apoio solicitado de 817.113,79.

Quadro n.º 12 – FSE (Nº de candidaturas/Ajuda pública proposta no aviso de concurso do ano 2017)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	21	260 233,90 €	38
2.ª Fase		6	162 802,68 €	17
3.ª Fase		13	394 077,21 €	13
TOTAL		40	817 113,79 €	68

Processo de Análise das candidaturas FSE

O circuito de análise de uma candidatura ao SI2E, neste fundo de coesão FSE (à semelhança do que acontece no FEDER) compreende três fases: Análise de admissibilidade; Análise técnica e Análise financeira (que inclui a proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEL, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas neste fundo teve o seu início durante a análise da componente FEDER (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de

análise atrás descritas, e, também numa altura em que os procedimentos de análise não se encontravam definidos e muito menos uniformizados para todos os intervenientes no processo.

Importa registar que, neste Fundo FSE, a análise das candidaturas ocorre após a conclusão da análise efetuada ao Fundo FEDER e, quando apresentadas em conjunto, uma vez que ambas se complementam, não podendo ser dissociadas. A análise consiste na validação do financiamento solicitado, tendo em conta o seguinte:

- a criação dos postos de trabalho para desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego ou para a criação do próprio emprego, através da comparticipação total das remunerações de postos de trabalho criados, tendo por limite mensal o valor correspondente ao Indexante de Apoio Social (IAS), observando os seguintes períodos máximos: 9 meses, para contratos de trabalho sem termo ou criação do próprio emprego; e 3 meses, para os contratos de trabalho a termo, como uma duração mínima de 12 meses. Aos períodos máximos referidos acrescem majorações de 3 meses por cada uma das seguintes situações: projetos localizados em territórios de baixa densidade; projetos de criação de micro e pequenas empresas ou expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos; e para trabalhadores do género sub-representado, conforme lista anexa ao Aviso de abertura de concurso, ou para trabalhadores qualificados na aceção das alíneas g) e m) do artigo 2º do regulamento específico do S12E.

A inserção da informação, resultante da análise efetuada em suporte de papel nas suas diversas componentes, nas várias operações apresentadas, é carregada no sistema informático do Portugal2020.

Assim, no decorrer da análise das 40 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FSE, verificamos que foram propostas a aprovação de 21 candidaturas que perfazem um valor de ajuda pública no valor total de 192.121,92€. Registe-se que esse valor corresponde a apenas 20% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Quadro n.º 13 – FSE (Proposta de candidaturas aprovadas)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	14	136 507,68 €	27
2.ª Fase		1	5 055,84 €	1
3.ª Fase		6	50 558,40 €	9
TOTAL		21	192 121,92 €	37

Importar referir que, durante o ano de 2018, os promotores da 3.ª fase do aviso de concurso não receberam a notificação de Audiência prévia, pelo que ainda poderá existir alguma alteração à decisão e/ou montantes aprovados.

Processo de Decisão das candidaturas FSE

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência prévia tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (Portugal2020).

Importar referir que, durante o ano de 2018, apenas os promotores da 1.ª e 2.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação de Audiência prévia, pelo que ainda poderá existir alguma alteração à decisão e/ou montantes aprovados da 3.ª fase do concurso.

Processo de Contratação das Operações FSE

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à impressão do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Importa registar, que a decisão caduca por falta de submissão do Termo de Aceitação no prazo de 30 dias úteis a contar da data de notificação da decisão (salvo motivo justificado aceite pela AG) impedindo o prosseguimento da candidatura para a fase de execução.

Desse modo, verificamos que as 14 candidaturas aprovadas procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas. Importa referir que apenas assinaram o termo de aceitação as candidaturas provenientes da 1.ª fase do aviso de concurso.

Quadro n.º 14 – FSE (Contratação das candidaturas aprovadas)

FSE	Candidaturas Contratualizadas		PT a criar
	N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	14	136 507,68 €	27
2.ª Fase	0	0,00 €	0
3.ª Fase	0	0,00 €	0
TOTAL	14	136 507,68 €	27

Processo de Execução das Operações FSE

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), publicada por despacho nº10548-B/2017, esta, na sua redação do nº3 do artº1 refere:

“os pagamentos aos beneficiários na componente FSE são efetuados nos termos dos n.6 e 7 do artigo 25º do Decreto Lei nº159/2014, de 27 de outubro, e do artigo 12º do regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego adotado pela Portaria nº97-A/2015 de 30 de março, nas suas atuais redações”.

Importa assinalar que, em 2018, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

Atividade: PACTO 2020 - REDE

Participação e envolvimento da ADICES em órgãos e projetos locais, nacionais e transnacionais, participação em seminários, encontros e congressos e mobilização de parceiros em iniciativas da associação.

No que concerne a este objetivo, durante o ano de 2018 pretendeu dar-se continuidade à participação e envolvimento da ADICES no trabalho desenvolvido pelos parceiros no território, nomeadamente: a participação nas Redes Sociais de Carregal do Sal, de Mortágua, de Santa Comba Dão, e Tondela; participação no Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, envolvimento ativo no Núcleo Executivo da Rede Social de Mortágua e de Santa Comba Dão; participação como membro representante da Comunidade Local nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela e Santa Comba Dão. A ADICES acompanhou e participou ainda, em algumas iniciativas no âmbito da promoção da Rede Regional de Empreendedorismo desenvolvidas pelas CIM Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra.

Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais

Durante o ano de 2018, a equipa técnica participou em diversas iniciativas locais, nacionais e internacionais relevantes para as temáticas de trabalho da associação e para a preparação do próximo período de programação nomeadamente, seminários; encontros e “workshops”; sessões técnicas sobre incentivos financeiros e sessões/formações.

São exemplo dessas participações as seguintes iniciativas que passamos a apresentar:

- ✓ Reunião Técnica no âmbito do projeto "Rota do Vinho Dão" com a presença dos GAL (técnicos e coordenadores) ADICES, ADRUSE, ADD, ADDLAP, ADIBER e o presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão (Eng.º Arlindo Cunha);
- ✓ Reunião Técnica em Coimbra no âmbito do projeto “Candidatura de Capacitação Centro” com a presença dos GAL (técnicos e coordenadores) ADICES, ADRUSE, ADD, ADDLAP, ADIBER;
- ✓ Participação na “Feira da Pinha e do Pinhão” - Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal, dinamizada pelo Município de Carregal do Sal;
- ✓ Visita técnica da ADICES à BTL - convite das CIM Coimbra- MEET UP/2018 e CIM Viseu Dão Lafões;
- ✓ Candidatura da ADICES às “7 Maravilhas à Mesa”;
- ✓ Participação em Lisboa no Encontro CPLP – “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável”;
- ✓ Participação nos convites das diversas confrarias: No Centro de Artes de Águeda – VII Capítulo da Confraria Enogastronómica Sabores do Botaréu e em Fermentelos Águeda – V capítulo Confraria da Pateira;
- ✓ Participação em Évora na Conferência LEADER RELOADED/The ELARD;
- ✓ Visita física da Direção e Coordenador à Suécia no âmbito da Candidatura da Cooperação Transnacional – “Green economy-multiple use of forest”;
- ✓ Participação na apresentação Projeto Cooperação Aldeias de Portugal (POISE) “Há Festa na Aldeia”, em Aveiro;
- ✓ Participação no 6º Fórum Empresarial do Distrito de Aveiro – “Da Industria Tradicional à Digital”, realizado em Águeda;
- ✓ Sessão realizada pela ADICES e apresentada na Biblioteca Municipal Manuel Alegre em Águeda, no âmbito do Projeto “REDE LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar”;
- ✓ Sessões Técnicas de Formação Inicial dos Membros do Secretariado Técnico do Centro 2020 e dos Técnicos dos GAL. dinamizadas pela CCDRC;
- ✓ Oficinas sobre autoavaliação das EDL, na Lousã e em Águeda;
- ✓ EXPOMORTÁGUA'18 - Câmara Municipal de Mortágua;
- ✓ FICTON 2018 - Câmara Municipal de Tondela;
- ✓ 12ª semana Gastronómica do Cabrito da Serra do Caramulo;
- ✓ Apresentação do sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), pelos técnicos da ADICES e importante informação sobre o programa Compete 2020;
- ✓ Sessões de trabalho dos Técnicos em Coimbra no âmbito do SIE;
- ✓ Sessões de capacitação sobre o RGPD para os Técnicos ADICES;

- ✓ Sessões de Esclarecimento sobre os atuais programas de Apoio ao investimento Empresarial Portugal 2020 no Território da ADICES: Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Sessão de Esclarecimento/ Programa de Investimento em Territórios de Baixa Densidade, dinamizado pelo Turismo do Centro em Oliveira do Hospital;
- ✓ Sessão de Discussão Pública da alteração do programa Nacional da Política de Ordenamento, na CCDR Centro em Coimbra;
- ✓ Participação na Sessão Solene do Centenário do Ministério da Agricultura 1918-2018 no Auditório Fundação Champalimaud em Algés- Lisboa, a convite do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Luís Capoulas Santos;
- ✓ Participação no Jantar dos 110 ANOS – Vinhos do Dão e Vinhos Verdes no Porto a convite da CVR Dão;
- ✓ Reuniões Locais no âmbito da Candidatura “POISE- Inclusão”;
- ✓ Participação na Assembleia Geral da Federação Minha Terra – Projeto de Cooperação, realizada em Aveiro;
- ✓ Participação na CIM Coimbra na 1ª Reunião do Conselho estratégico para o Desenvolvimento da Região de Coimbra;
- ✓ Participação na reunião Coimbra “Região Europeia da Gastronomia” na CIM Coimbra;
- ✓ Participação na sessão de Apresentação Pública do projeto LIFE ÁGUEDA no Salão Nobre da Câmara Municipal de Águeda;
- ✓ Participação na aprovação da reprogramação do Portugal 2020 – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP em Lisboa;
- ✓ Participação a Convite do Conselho Económico e Social na Conferência intitulada “Aprendizagem ao Longo da Vida: Estratégias e Experiências”, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu;
- ✓ Assembleia Geral da Federação a Minha Terra em Valença;
- ✓ Assembleia Geral da Federação a Minha Terra na Ericeira.

Atividade: Promover os Produtos Locais

Promoção, afirmação e comercialização local, nacional e internacional dos produtos locais (produtos agrícolas, transformados e artesanato). Prevê-se a criação e reabilitação de espaços para a comercialização de produtos locais e o incentivo ao surgimento de formas inovadoras de comercialização e venda dos produtos de que se destaca a dinamização do projeto e metodologia "PROVE". Sobressaem aqui alguns produtos como a Laranja de Besteiros (Tondela), o Pinhão de C. do Sal, os grelos e as filhoses de Mortágua, a broa doce de S. C. Dão, o Mel e o Cabrito do Caramulo, etc.

Na perspetiva de promover os Produtos Locais e preparar a intervenção no território para as medidas do PDR2020 dos "Circuitos Curtos e os Mercados Locais" e "Promoção de Produtos de Qualidade Locais, outro dos eventos relevantes de promoção e divulgação dos produtos e produtores locais a nível nacional, foi a Candidatura às 7 Maravilhas à Mesa. No que respeita à ADICES as candidaturas das "7 Maravilhas à Mesa" são uma iniciativa que pretende promover e divulgar não só a gastronomia e os produtos locais do território, mas também um convite à descoberta e à fruição da enumeras potencialidades patrimoniais e paisagísticas que os cinco municípios da sua área de intervenção oferecem: Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

Neste contexto, face ao território e ao significativo número de parceiros envolvidos, que mostraram o seu interesse em participar neste projeto, a ADICES submeteu a concurso três "Mesas" atribuindo-lhes os nomes de "Sabores de Águeda", "Sabores da Agueira e Dão" e "Sabores da Encosta do Caramulo". Esta iniciativa às 7 Maravilhas foi dinamizada em parceria com as entidades do território de intervenção da ADICES, nomeadamente os Municípios (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela) e as Confrarias (Confraria das Almas Santas de Areosa e do Leitão, Confraria Enogastronómica Sabores do Botaréu, Confraria da Pateira, Confraria dos Carolos e das Papas de Milho, Confraria Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo e Confraria Gastronómica e Enófila de Terras de Carregal do Sal. Este projeto conta com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado do Turismo, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é desenvolvido em parceria com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

Mesa Candidata 7 Maravilhas à Mesa 2018 - "SABORES DE ÁGUEDA"



Mesa Candidata 7 Maravilhas à Mesa 2018 - “ENCOSTA DO CARAMULO”



Mesa Candidata 7 Maravilhas à Mesa 2018 - “SABORES DA AGUIEIRA E DÃO”



Atividade: Empreendedorismo Rural

Participação na Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes no âmbito da estratégia Portugal 2020, na qual a região Viseu Dão Lafões viu aprovado o seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2020 (PDCT 2020), a ADICES participou, nas reuniões da Plataforma - Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo. Estas Redes têm por objetivo central assegurar a relevância e a eficácia dos projetos concebidos e a executar no âmbito do PDCT e, designadamente, animar/dinamizar, suportar e monitorizar intervenções concebidas e desenvolvidas na região, pelos seus atores, dirigidas a públicos diferenciados e com necessidades diversas.

No âmbito da Rede de Empresas e Empreendedorismo a CIM Viseu Dão Lafões, organizou um grupo de trabalho com o objetivo de implementar um projeto piloto para a valorização da pinha e do pinhão - concelho de Carregal do Sal. São parceiros neste grupo de trabalho, a CIM, o Município de Carregal do Sal, a Prof. Rosa Pires, a AIRV, o IPV, a ESAV, o Prof. Alfredo Simões e a ADICES.



Atividade: Cooperar para Desenvolver

Construção dos projetos de cooperação no âmbito da abordagem LEADER/DLBC (promoção externa de bens e serviços transacionáveis, de promoção da gastronomia, dos produtos endógenos e recursos empresariais, eficiência energética, boas práticas de desenvolvimento local, etc.)

No que concerne à temática da Gastronomia e da Promoção e Valorização dos Produtos Locais do território destacamos, algumas iniciativas de organização/participação em eventos de promoção/divulgação dos produtos e produtores locais, em certames locais como as Festas dos concelhos de Carregal do Sal e Santa Comba Dão, EXPOMORTAGUA, FICTON, Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, e em certames nacionais, nomeadamente a presença na FNA - Feira Nacional da Agricultura em Santarém.

Eventos - Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo



Eventos - EXPOMORTAGUA



Foi também, no âmbito desta atividade e, em articulação com o Município de Tondela que se participou no evento "Tondela Gastronómica", para celebrar o Dia Nacional da Gastronomia. O evento decorreu no dia 26 de maio, a partir das 9h, associando-se às comemorações a nível nacional, decorrentes da aprovação pela Assembleia da República da instituição deste dia, materializando a importância da gastronomia lusa enquanto património imaterial e singular do

nosso povo. Neste sentido, o Mercado Municipal de Tondela contou com um Megamercado de produtos locais, petiscos típicos de cada freguesia, apresentação de uma ementa especial tendo como base os nossos produtos endógenos, animação musical e muitas outras surpresas. Esta iniciativa foi promovida pelo Município de Tondela em colaboração com a ADICES, Juntas de Freguesia Concelhias, Escola Profissional de Tondela, Confraria dos Carolos e Papas de Milho, Confraria Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo e os Agrupamentos de Escolas de Tondela.

Evento "Tondela Gastronómica" - Mercado Municipal de Tondela

eventos
TONDELA

tondela gastronómica

Comemoração do
Dia Nacional da Gastronomia
Portuguesa

26.maio.2018
MERCADO MUNICIPAL
a partir das 9h00

ANIMAÇÃO
10h30 - Rancho Folclórico «Cantarinhas de Moleiros»
11h30 - Grupo de Cavaquinhas de Nandufe
12h30 - Dance & Gym - AEFDT

**Feira
Gastronómica
Muceres**
Visite a
Feira Gastronómica
de Muceres
De 25 a 27 de Maio

PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS

A abordagem DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020 tem-se vindo a afirmar como um instrumento preponderante no território de intervenção da ADICES. Embora se considere que, ao longo dos últimos quadros comunitários, os procedimentos têm-se tornado demasiadamente burocráticos, a verdade é que os beneficiários continuam a considerar este os quadros comunitários como uma alternativa/oportunidade para a realização dos seus pequenos investimentos. Assim, continuamos a verificar, na Zona de Intervenção da ADICES, um elevado interesse por parte das populações relativamente à abertura de concursos, conforme refletido nos atendimentos realizados no arranque do presente quadro de apoio.

Cada vez mais a experiência da ADICES, consubstanciada nos seus 27 anos de atividade na gestão de programas comunitários, nos conduz à certeza que é fundamental rever a metodologia de apresentação e de análise dos Pedidos de Apoio, com vista a aliviar a carga burocrática em termos administrativos, sob pena do processo de análise se tornar muito longo. É da nossa opinião que, as características deste Programa, não se coadunam com as características dos potenciais beneficiários a que se destina – agricultores e/ou agrupamentos de produtores. A elevada burocracia de todo o processo de candidatura e posterior execução são o maior obstáculo com que os Técnicos Analistas e beneficiários se deparam todos os dias.

Para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos Pedidos de Apoio, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui também para a morosidade do processo de decisão. É da nossa opinião que, o procedimento inicial neste quadro, em partilhar com todos os GAL as dúvidas e esclarecimentos, era fundamental para a uniformização de processos e o alívio de envio de questões à Autoridade de Gestão.

Um dos grandes desafios que se colocou à implementação do DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020, no ano de 2018, refere-se ao tempo de demora que o processo de Audiência Prévia eletrónico proporciona, o que provoca um atraso no processo de decisão do concurso (poderemos ter o concurso “preso” 35 dias úteis só porque um promotor não lê a sua audiência prévia. Registe-se que os TA dispõem de 35 dias úteis para efetuarem a sua análise técnica, o que parece uma grande incongruência). Registamos, ainda, o tempo referente ao processo de homologação dos concursos, bem como aos processos de Controlo de Qualidade solicitados (quer pelo PDR2020, quer pelo IFAP, I.P.).

Relativamente ao **SIZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego**, que foi lançado no contexto dos apoios do Portugal 2020, verificamos uma morosidade no processo de Audiência Prévia ao promotor da decisão tomada pelo Órgão de Gestão da ADICES. Os promotores têm questionado a abordagem deste procedimento, uma vez que demora meses até que tenham conhecimento de uma proposta de decisão. Registe-se que o promotor tem o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.



As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação aplicados pela ADICES permitem garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à estratégia implementada e aos procedimentos adotados pelo GAL nas várias fases da gestão e implementação da EDL.

Para este efeito contribuem as deliberações tomadas pela OG, relativamente à abertura de concursos, à aprovação de PA, ao procedimento de assinatura dos termos de aceitação e ao ajustamento orçamental da EDL.

Relativamente aos procedimentos adotados pela ETL verificou-se a necessidade de se adaptar e evoluir ao nível da forma e metodologia de trabalho, visando uma maior eficiência e rapidez nos tempos de resposta. A atualização e melhoramento de metodologias e instrumentos de avaliação, nomeadamente face a um novo desafio - iniciativa agrícola, constitui particular relevância na medida em que o trabalho desenvolvido não é estanque, está em permanente evolução e pode ser alvo de alterações e ajustamento em função das orientações diversas que vão surgindo, quer por parte dos organismos reguladores da EDL, quer de outras fontes de decisão.



ATIVIDADE FORMATIVA

A atividade formativa da ADICES ministrada no decurso do ano de 2018 caracterizou-se pelo desenvolvimento do projeto formativo: Capacitação para a Inclusão, iniciativa desenvolvida pela ADICES em parceria com os CLAS – Conselhos Locais de Ação Social e os Municípios do território de intervenção.

Este projeto formativo é financiado pelo POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia 3.05 – “Capacitação para a Inclusão”. Pretende-se que este projeto vá ao encontro dos objetivos definidos na ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento da ADICES para o território, nos Planos de Desenvolvimento Social definidos no seio de cada Rede Social envolvida e também no âmbito das necessidades formativas e de emprego de cada concelho.

A concretização desta candidatura vai permitir à ADICES dar continuidade ao seu trabalho de participação e envolvimento ativo junto dos atores e entidades locais, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso território, e principalmente para reforçar e promover a capacitação e desenvolvimento de competências de natureza pessoal, social e profissional que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, potenciando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica da população local.

Os destinatários destas ações de formação, são grupos potencialmente vulneráveis, constituídos nomeadamente por pessoas com baixos rendimentos, desempregados de longa duração, beneficiários do RSI, adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e TIC ou com baixos níveis de qualificação.

O plano formativo aprovado é composto por 11 cursos que integram 28 ações, com diferentes cargas horárias para serem dinamizadas nos 5 concelhos de intervenção da Associação, nomeadamente Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

Imagens de algumas ações de formação



CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO - CURSOS / AÇÕES APROVADAS

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão doméstica e familiar	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para processo de autonomização pessoal e profissional	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento	Águeda
	Tondela
Capacitação para o processo de autonomização com base agrícola	Águeda
	Tondela
Gestão de conflitos	Águeda
	Santa Comba Dão
Inclusão digital	Carregal do Sal
	Santa Comba Dão
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Tondela
	Carregal do Sal
	Mortágua
Educação cívica e prevenção de violência	Águeda
	Carregal do Sal
	Mortágua
Literacia digital	Tondela
	Carregal do Sal
Capacitação e empoderamento feminino	Carregal do Sal
	Santa Comba Dão
	Mortágua
Saber estar online	Águeda
	Tondela

No decurso de 2018, foram realizadas e concluídas 10 ações, frequentados por 203 formandos, tendo sido ministradas 1.410 horas de formação, a que correspondeu um volume de formação de 19.287 horas.

As ações desenvolvidas por concelho no âmbito desta tipologia de formação no ano de 2018 foram as seguintes:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Literacia digital (120H)	Carregal do Sal
Saber estar online	Tondela
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento (300H)	Tondela
Capacitação para a gestão doméstica e familiar (300H)	Carregal do Sal
Educação cívica e prevenção de violência	Carregal do Sal
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Carregal do Sal
	Mortágua
Capacitação e empoderamento feminino	Carregal do Sal
Inclusão Digital (60H)	Santa Comba Dão
Gestão de Conflitos	Santa Comba Dão

A tabela seguinte resume os principais indicadores físicos do projeto dinamizado até 31 de dezembro de 2018:

Nº de ações terminadas	10
Nº de formandos envolvidos	137
Nº de horas de monitorização executadas	1410
Taxa de execução horas de monitorização	34.06%
Volume de formação executado	19287
Taxa de execução (volume executado/ volume aprovado):	31.06%
Nº de formadores envolvidos	18
Nº de formandos certificados	137
Nº de ações iniciadas em 2018 a transitar para 2019	2

Para além das ações concluídas, iniciaram-se 3 ações de 300 horas cada, envolvendo 47 formandos nas seguintes áreas:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento (300H)	Tondela
Capacitação para a gestão doméstica e familiar (300H)	Mortágua
	Santa Comba Dão

COOPERAÇÃO

A medida da Cooperação constituiu-se com um excelente instrumento de atuação pelo conhecimento que proporciona e pela experiência que transporta.

Os temas que fomos trabalhando no ano 2018 tem estreita ligação com a nossa estratégia de desenvolvimento local. Foi apresentado, em junho de 2018, a candidatura “Green Economy – uso múltiplo da floresta”, em parceria com os GAL nacionais AD ELO e Dueceira, a par dos internacionais, oriundos da Suécia, Finlândia e Luxemburgo. Com esta candidatura pretendemos:

- Conhecer diferentes usos sustentáveis da floresta nas áreas de produtos, recurso, energia e turismo, entre outros;
- Conhecer sistemas florestais europeus de características diferenciadas;
- Conhecer diferentes sistemas de gestão florestal;
- Contribuir para a troca de experiências entre territórios sobre a temática subjacente à iniciativa através da valorização dos recursos endógenos, valorização ambiental e aproveitamento económico.

No âmbito desta medida, efetuámos, também, em dezembro de 2018, a candidatura “Aldeias de Portugal” foi elaborada em parceria com 14 GAL’s nacionais e visa promover a capacidade e animação do nosso território através da classificação de uma aldeia em cada um dos nossos cinco municípios. Face às múltiplas dimensões da problemática social destes territórios, é nossa convicção que nenhum território por mais estagnado que pareça, não possua potencialidades que possam ser valorizadas e estimuladas. A Direção sendo sensível a esta problemática validou esta candidatura visando a classificação de Aldeia de Portugal das localidades de Macinhata do Vouga (Águeda); Oliveira do Conde (Carregal do Sal); Marmeleira (Mortágua); Couto de Mosteiro (Santa Comba Dão) e Jueus (Tondela). Esta candidatura totalizou 84 900,00 euros.

O aviso desta medida também permitia a possibilidade de apresentarmos intenções de candidatura. Procedemos, no final de 2018, a uma intenção de candidatura, em parceria com os Gal da Região de Coimbra, promovendo nos países com expressão representativa das comunidades portuguesas, os nossos produtos endógenos de referência.

CONTAS 2018

O ano 2018 foi marcado pelo retomar da formação, só possível com a aprovação do pacote formativo no âmbito do POISE - Capacitação para a Inclusão, sem esquecer a continuidade do PDR - FEADER e do SIZÉ - FERDER e FSE, como atividades principais do funcionamento da ADICES.

É de salientar que, a contabilidade se encontra organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que, para uma análise adequada dos valores das contas, se encontram em anexo quatro documentos produzidos pelos serviços de contabilidade, de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), no anexo 1 - Demonstração de Resultados por Natureza; Anexo 2 – Balanço e o Anexo 3 - Anexo às Demonstrações Financeiras para o ano de 2018.

Importa então, analisar a situação das contas neste ano, no que respeita às questões que se referem aos rendimentos e aos custos.

Demonstração de Resultados por Naturezas

A demonstração de resultados por naturezas revela um resultado líquido positivo do período, no valor de 24.048,98€ cuja estrutura de Rendimentos e Gastos é a seguinte:

- Subsídios, Doações e Legados à exploração (75) = +285.812,83€;
- Fornecimentos e Serviços Externos (62) = - 88.833,88€;
- Gastos com o Pessoal (63) = - 249.323,79€;
- Gastos de Depreciação e Amortização (64) = -6.250,00€;
- Outros Rendimentos (78) = + 88.120,21€;
- Outros Gastos (68) = - 5.613,72€;
- Juros e Rendimentos Similares Obtidos (79) = + 137.33€;
- Resultado Líquido do Período = +24.048,98€.

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados da demonstração de resultados, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

- **Subsídios, doações e legados à exploração (75)** - Esta conta apresenta um saldo de 285.812,83€, que provém do Estado e Outros Entes Públicos, mais concretamente do PRD 2020 – Medida 10.4.1.- Funcionamento e animação, da Medida 10.3.1.- Cooperação Interterritorial e Transnacional e da Medida 20.2.1.- Assistência Técnica - Rede Rural Nacional, do POI SE – Tipologia 3.05 – Capacitação para a Inclusão e do PORCentro – CCDRC – Capacitação Institucional nas parcerias DLBC.

- **Fornecimentos e serviços externos (62)** - Esta conta apresenta o saldo de 88.833,88€, em custos suportados com o funcionamento dos projetos e da Associação, tais como: trabalhos especializados, publicidade e propaganda, vigilância, honorários, conservação e reparações, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, eletricidade,

combustíveis, água, deslocações e estadas, serviços diversos, rendas e alugueres, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação, limpeza e higiene e conforto, outros serviços e gastos com garantias bancárias, subdivididos da seguinte forma:

- Trabalhos especializados no valor de 25.990,52€, com especial destaque para a prestação de serviços, da Made In Action, Lda (9.225,00€) e da Mestrelique, Lda (7.086,63€.) no apoio à execução da candidatura da formação, no âmbito do POISE e da Cancela Contabilidade, Lda (6.180,75€);
- A publicidade e propaganda no valor de 6.694,10€, com destaque para a Blackmédia (2.706,00€) com a produção de do vídeo institucional, com a CIM-RC (1.208,00€) com a participação na “Fête des Vendanges-2017” e a publicação de anúncios e spots publicitários para a promoção e divulgação das medidas do PACTO 2020;
- Honorários no valor de 15.000,00€ com especial relevo para a prestação de serviços dos formadores;
- Conservação e reparações no montante de 4.809,79€, com destaque para os serviços de manutenção das viaturas e de equipamentos;
- Os materiais de escritório e outros artigos, no valor de 5.972,62€, adquiridos em especial para a formação e funcionamento geral da associação;
- A energia e os fluídos no valor de 7.570,97€, com os custos energéticos e consumo de água, para o funcionamento geral da Associação, consumo de combustíveis para as deslocações efetuadas para participação em seminários, congressos, reuniões e ações de formação e as relacionadas com o acompanhamento do PDR2020 e do SI2E e acompanhamento das ações de formação a decorrer nos diversos concelhos;
- Deslocações, estadas e transportes no montante de 8.206,61€, com destaque para a participação no projeto de cooperação Green Economy - Suécia, as portagens nas deslocações relacionadas com as participações em seminários, workshops, reuniões e ações de formação;
- Serviços diversos, no valor de 14.146,44€ distribuídos por:
 - Rendas e alugueres com o montante de 1.787,80€, relativo ao aluguer de equipamentos para o bom desenrolar das ações de formação a decorrer;
 - Comunicação no valor de 2.722,04€, com especial incidência na relacionada com o acompanhamento PDR2020, do SI2E e da formação;
 - Seguro das viaturas e de multiriscos do edifício, no valor de 1.692,51€;
 - Contencioso e notariado no valor de 95,12€;
 - Despesas de representação no valor de 249,40€;
 - Limpeza, higiene e conforto no valor de 1.780,18€;
 - Outros serviços no valor de 3.633,52€, em custos com serviços bancários nomeadamente os custos de manutenção da conta corrente, anuidades dos cartões MB e transferências interbancárias;
 - Gastos com a garantia bancária necessária para o adiantamento funcionamento, no âmbito do PDR2020, no valor de 2.185,87€.

- **Gastos com Pessoal (63)** - Esta conta apresenta o saldo de 249.323,79€. Destacando-se aqui o facto de até dezembro serem 7 os técnicos ao serviço, passando a ser apenas 6 em 2019.

Os custos encontram-se repartidos entre:

- Remunerações com o pessoal, que englobam os subsídios de férias e natal, no valor de 158.863,92€;
- Bolsas de formação a formandos, no montante de 22.730,18€;
- Ajudas de custo no valor de 1.340,33€;
- Encargos sobre remunerações num total de 35.674,89€; em TSU, CGA, ADSE e Fundo de Garantia;
- Seguros de acidentes de trabalho no valor de 2.317,70€;
- Seguros de acidentes pessoais dos formandos, no montante de 827,75€;
- Medicina no Trabalho num total de 769,65€;
- Subsídio de alimentação no valor de 6.873,56€;
- Subsídio de alimentação dos formandos num total de 15.492,96€;
- Subsídio de transporte dos formando, no montante de 3.217,85€;
- Abono para falhas no valor de 1 200,00€.

- **Outros Rendimentos (78)** - Esta conta apresenta um saldo de 88.120,21€, com especial destaque para os rendimentos que advêm das quotizações dos associados, no valor de 74.820,00€, a receita proveniente da miniprodução de energia dos painéis fotovoltaicos no valor de 3.030,12€, indemnizações relativas a sinistros, no montante de 1.321,60€ e a correções relativas a exercícios anteriores no valor de 8.948,49€.

- **Outros Gastos (68)** - Esta conta apresenta um saldo de 5.613,72€, com destaque para:

- Impostos no montante de 3.613,72€, com especial destaque para o IMI e o IUC;
- Quotização da Federação Munha terra, no montante de 2.000,00€.

- **Juros e rendimentos similares obtidos (79)** - Esta conta apresenta um saldo de 137,33€ de onde se relevam os juros obtidos das aplicações financeiras.

- **Resultado líquido do período (818)** - Esta conta apresenta um saldo de +24.048,98€.

Balanço

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados do balanço, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

Ativo não corrente: €791.602,72

- Ativos Fixos Tangíveis (43) - Esta conta apresenta um saldo de 797.147,41€, distribuído entre terreno, edifício e outras construções, equipamento administrativo e de transporte e as depreciações acumuladas.

- Ativos Intangíveis (44) - Esta conta apresenta um saldo de 1.051,65€, devido à aquisição de programas para computadores.
- Investimentos Financeiros (41) - Esta conta apresenta o saldo de 4.383,18€, em que 4.000,00€ correspondem à participação da ADICES no Capital Social da ProRegiões, Lda e 653,66€ ao fundo de compensação do trabalho.

Ativo corrente: €357.076,99

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (26) - Esta conta apresenta o saldo de 10 000,00€, que diz respeito ao capital subscrito na ProRegiões, Lda.
- Outras ativos correntes (14) - Esta conta apresenta o saldo de 125.000,00€, que engloba os valores aplicados a prazo na CCAM.
- Caixa e Depósitos bancários (11/12) - Estas contas apresentam o saldo de 180.327,37€.

Fundos Patrimoniais: €1.140.462,45

- Resultados Transitados (56) - Apresentando o saldo de 662.487,33€ resultados transitados de anos anteriores.
- Excedentes de revalorização - Apresentando o saldo de 648.437,26€, valor atribuído ao património da ADICES (edifício sede, viaturas, equipamentos administrativos e outros).
- Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais - Apresentando o saldo de 194 511,12€, que diz respeito à doação dos *Dumpers* ao Município e Juntas de Freguesia de Carregal do Sal, ocorrida em 2014.
- Resultados líquidos do período (818) - Esta conta apresenta o saldo de 24.048,98€.

Passivo corrente: €8.217,26

- Estado e outros entes Públicos (24) - Esta conta apresenta o saldo de 6.681,59€ e refere-se a valores relativos a Segurança Social, IRS, CGA e ADSE, a regularizar em janeiro de 2019.
- Outros passivos correntes (27) - Esta conta apresenta o saldo de 41.749,62€, que diz respeito a valores a receber de terceiros.

CONCLUSÃO

A análise económico-financeira apresentada sintetiza os resultados alcançados pela ADICES, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018.

Pelo exposto conclui-se que a ADICES obteve um Resultado Contabilístico Positivo no exercício de 2018 no valor de 24.048,98€, aumentando assim os seus Fundos Patrimoniais neste valor.

A Direção propõe à Assembleia-geral, a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2018 e ainda que os resultados sejam contabilizados como resultados transitados.

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

Santa Comba Dão, 03 de abril de 2019

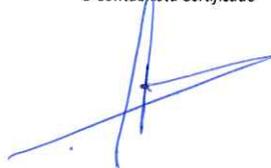
ANEXOS



Balanço (31.12.2018)

ATIVO	DATAS		VARIÇÃO	
	31-12-2018	31-12-2017		
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	785 897,41	790 621,92	-4 724,51	-0,01 €
Bens do património histórico e cultural			0,00	
Ativos Intangíveis	1 051,65	1 051,65	0,00	0,00 €
Investimentos Financeiros	4 653,66	4 383,18	270,48	0,06 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Outros créditos e ativos não correntes			0,00	
	791 602,72	796 056,75	-4 454,03	-0,01 €
Ativo corrente				
Inventários			0,00	
Créditos a receber	0,00	1 670,77	-1 670,77	-1,00 €
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00 €
Diferimentos			0,00	
Outros ativos correntes	166 749,62	125 000,00	41 749,62	0,33 €
Caixa e depósitos bancários	180 327,37	320 708,25	-140 380,88	-0,44 €
	357 076,99	457 379,02	-100 302,03	-0,22 €
Total do ativo	1 148 679,71	1 253 435,77	-104 756,06	-0,08 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos			0,00	
Excedentes técnicos			0,00	
Reservas			0,00	
Resultados transitados	662 487,33	636 531,91	25 955,42	0,04
Excedentes de revalorização	648 437,26	648 437,26	0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-194 511,12	-194 511,12	0,00	0,00
Resultado líquido do período	24 048,98	25 955,42	-1 906,44	-0,07
Total dos fundos patrimoniais	1 140 462,45	1 116 413,47	24 048,98	0,02
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões			0,00	
Provisões específicas			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Outras dívidas a pagar			0,00	
	0,00	0,00	0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	1 535,67	10 855,02	-9 319,35	-0,86
Estado e outros entes públicos	6 681,59	6 876,12	-194,53	-0,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Diferimentos			0,00	
Outros passivos correntes	0,00	119 291,16	-119 291,16	-1,00
	8 217,26	137 022,30	-128 805,04	-0,94
Total do Passivo	8 217,26	137 022,30	-128 805,04	-0,94
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	1 148 679,71	1 253 435,77	-104 756,06	-0,08

O Contabilista Certificado



Administração/Gerência

Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2018)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS		VARIACÃO
		31-12-2018	31-12-2017	
Vendas e serviços prestados	+			
Subsídios, doações e legados à exploração	+	285 812,83	195 397,20	90 415,63 46%
Variação nos inventários de produção	./-/+			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	-88 833,88	-51 820,15	-37 013,73 71%
Gastos com o pessoal	-	-249 323,79	-185 271,10	-64 052,69 35%
Gastos de Depreciação e Amortização	-	-6 250,00	-6 250,00	0,00 0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	./-/+			
Provisões (aumentos / reduções)	./-/+			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	./-/+			
Outras imparidades (perdas / reversões)	./-/+			
Aumentos / reduções de justo valor	./-/+			
Outros rendimentos	+	88 120,21	78 965,56	9 154,65 12%
Outros gastos	-	-5 613,72	-5 226,29	-387,43 7%
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		23 911,65	25 795,22	-1 883,57 -7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	./-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 911,65	25 795,22	-1 883,57 -7%
Juros e rendimentos similares obtidos	+	137,33	160,53	-23,20 -14%
Juros e rendimentos similares suportados	-	0,00	-0,33	0,33 -100%
Resultado antes de impostos		24 048,98	25 955,42	-1 906,44 -7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	./-/+			
Resultado líquido do período		24 048,98	25 955,42	-1 906,44 -7%

O Contabilista Certificado

Administração/Gerência

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		1 670,77	80 286,10
Pagamentos a Fornecedores		-9 319,35	-52 173,00
Pagamentos ao Pessoal		-249 323,79	-185 271,10
Caixa gerada pelas operações		-256 972,37	-157 158,00
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		194,53	168,50
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		116 259,63	292 298,33
Fluxos das actividades operacionais (1)		-140 518,21	135 308,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			-8 357,85
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			-270,48
Outros Activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		137,33	160,53
Dividendos			
Fluxos das actividades de investimento (2)		137,33	-8 467,80
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			-0,33
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de actividades de financiamento (3)		0,00	-0,33
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-140 380,88	126 840,70
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		320 708,25	193 867,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		180 327,37	320 708,25

A Direção _____

O Contabilista Certificado _____

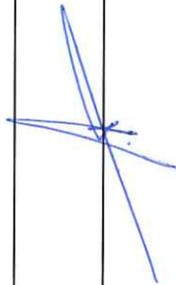
Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2018)

NOTAS	DESCRÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período	Total
	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636 531,91	0,00	648 437,26	-194 511,12	25 955,42	1 116 413,47	0,00	1 116 413,47
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico														0,00
	Alterações de políticas contabilísticas														0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00
	Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														0,00
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos														0,00
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio														0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	25 955,42
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
	RESULTADO INTEGRAL														
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	0,00	0,00	-1 906,44	24 048,98	0,00	24 048,98
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
	Realizações de capital														0,00
	Realizações de prémios de emissão														0,00
	Distribuições														0,00
	Entradas para cobertura de perdas														0,00
	Outras operações														0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662 487,33	0,00	648 437,26	-194 511,12	24 048,98	1 140 462,45	0,00	1 140 462,45

Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2017)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		0,00				0,00	580 244,39	648 437,26	-194 511,12	56 287,52	1 090 458,05		1 090 458,05		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00
Alterações de políticas contabilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56 287,52	0,00	0,00	0,00	56 287,52	0,00	56 287,52	0,00	56 287,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												-30 332,10	-30 332,10		-30 332,10
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56 287,52	0,00	0,00	0,00	56 287,52	0,00	25 955,42	0,00	25 955,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00
Realizações de prémios de emissão															0,00
Distribuições															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636 531,91	648 437,26	-194 511,12	25 955,42	1 116 413,47	0,00	1 116 413,47		1 116 413,47

A. Administração/Gerência _____
 O Contabilista Certificado _____



1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ADICES - Associação de Desenvolvimento Local é uma Associação constituída em 21 de janeiro de 1991, com sede na Avenida General Humberto Delgado, nº 19 em Santa Comba Dão e sem fins lucrativos, à qual foi atribuído o número de contribuinte 502 573 430.

A ADICES é constituída por cinco municípios sendo:

- Município de Águeda
- Município de Carregal do Sal
- Município de Mortágua
- Município de Santa Comba Dão
- Município de Tondela

2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo - ESNL.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3- PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os dispêndios com reparação que não aumentam a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Imparidade dos Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Instrumentos Financeiros

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

i) Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras são as que compreendem as vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4- FLUXOS DE CAIXA

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2018			31.12.2017		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	430.35		430.35	476.10		476.10
	...			0.00			0.00
	Subtotais	430.35	0.00	430.35	476.10	0.00	476.10
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	179897.02		179897.02	320232.15		320232.15
	Outros depósitos bancários			0.00			0.00
	...			0.00			0.00
	Subtotais	179897.02	0.00	179897.02	320232.15	0.00	320232.15
Outros equivalentes de caixa	Titulos de Participação			0.00			0.00
	Subtotais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais		180327.37	0.00	180327.37	320708.25	0.00	320708.25

5- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhos Especializados	25990.52 €	14475.08 €
Publicidade e Propaganda	6694.10 €	8925.74 €
Vigilância e segurança	60.89 €	121.78 €
Honorários	15000.00 €	0.00 €
Conservação e reparações	4809.79 €	1525.72 €
Outros	381.94 €	450.81 €
Livros e documentação técnica	11.92 €	0.00 €
Material de escritório	4560.40 €	2243.54 €
Artigos para oferta	1246.50 €	1450.68 €
Outros	153.80 €	16.45 €
Eletricidade	4513.55 €	4886.67 €
Combustíveis	2798.57 €	2775.32 €
Água	258.85 €	287.98 €
Deslocações e estadas	8206.61 €	1865.33 €
Rendas e alugueres	1787.80 €	0.00 €
Comunicação	2722.04 €	2738.88 €

6- GASTOS COM O PESSOAL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencimentos	158863.92 €	141121.72 €
Bolsas de Formação	22730.18 €	0.00 €
Ajudas de custo	1340.33 €	1894.23 €
Encargos com remunerações	35652.93 €	31995.99 €
Fundo de garantia do trabalho	21.96 €	22.96 €
Seguro de acidentes no trabalho	3145.45 €	2993.72 €
Medicina no trabalho	769.65 €	339.15 €
Subsidio de alimentação	6873.56 €	5678.33 €
Subsidio de alimentação - formandos	15492.96 €	0.00 €
Subsidio de transporte - formandos	3217.85 €	0.00 €
Abono para falhas	1200.00 €	1200.00 €
Formação externa do pessoal	15.00 €	25.00 €
TOTAL	249323.79 €	185271.10 €

7- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos incluem os rendimentos a seguir discriminados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quotizações	74820.00 €	74820.00 €
Painéis fotovoltaicos	3030.12 €	4145.56 €
Ganhos em sinistros	1321.60 €	0.00 €
Correções relativas a anos anteriores	8948.49 €	0.00 €
TOTAL	88120.21 €	78965.56 €

8- OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas correspondem a gastos relativos às seguintes sub rubricas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos directos		
IMI - Imposto municipal sobre imóveis	3230.02 €	3230.02 €
Comissões bancárias	0.00 €	64.45 €
IUC das viaturas	274.65 €	413.11 €
Taxas	109.05 €	18.71 €
Quotizações - Minha Terra	2000.00 €	1500.00 €
TOTAL	5613.72 €	5226.29 €

9- ACTIVO FIXO TANGÍVEL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Terrenos e recursos naturais	1037.92 €	1037.92 €
Edifícios e Outras construções	477621.64 €	477621.64 €
Equipamento básico	168270.16 €	168270.16 €
Equipamento de transporte	38139.91 €	38139.91 €
Equipamento administrativo	82052.02 €	80526.53 €
Outros ativos fixos tangíveis	39505.05 €	39505.05 €
Diminuições		
Depreciações	-20729.29 €	-14479.29 €
Quantia escriturada líquida final	785897.41 €	790621.92 €

10- JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros suportados	0.00 €	0.33 €
TOTAL	0.00 €	0.33 €

11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica clientes apresentava as seguintes maturidades:

a Receber	<u>2018</u>	<u>2017</u>
< 90 dias	0.00 €	0.00 €
90 - 180 dias	0.00 €	0.00 €
>180 dias	0.00 €	1670.77 €
	0.00 €	1670.77 €

12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (activo):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRC	426.22 €	420.42 €
IRS - Trabalho Dependente	2411.00 €	2347.00 €
IRS - Trabalho Independente	-159.80 €	-309.80 €
TSU - segurança Social	4429.07 €	3934.17 €
ADSE	-876.76 €	0.00 €
Caixa Geral de Aposentações	451.86 €	484.33 €
TOTAL	6681.59 €	6876.12 €

13- OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Acréscimos de rendimentos:		
Interreg III C	3 849,09 €	3 849,09 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 10.4.1	25 247,44 €	-128 291,80 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 20.2.2	2 502,55 €	0,00 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 10.3.1 - GREEN EC.	9 775,70 €	0,00 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 10.3.1 - ALDEIAS	146,55 €	0,00 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 10.3.1 - M.E.U.	95,06 €	0,00 €
Portugal 2020 - POISE - Inclusão	73 693,81 €	
Portugal 2020 - CENTRO - FSE	49 579,67 €	0,00 €
Adiantamentos:		
Adiantamento PDR - Medida 10.4.1	-128 291,80 €	0,00 €
Município de Santa Comba Dão	-12,43 €	-12,43 €
Município de Mortágua	-23,57 €	-23,57 €
Municípios - Quotas:		
Município de Santa Comba Dão	3 940,55 €	2 693,55 €
Município de Águeda	1 247,00 €	2 494,00 €
TOTAL	41 749,62 €	-119 291,16 €

14- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava as seguintes composições:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	430.35 €	476.10 €
Depósitos bancários		
CA - Caixa Agrícola	140403.18 €	79197.20 €
CGD - Caixa Geral de Depósitos	39493.84 €	241034.95 €
	180327.37 €	320708.25 €

15- FORNECEDORES

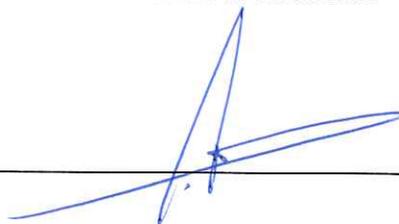
Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica fornecedora apresentava as seguintes maturidades:

a Pagar	<u>2018</u>	<u>2017</u>
< 90 dias	1535.67 €	10855.02 €
90 - 180 dias	0.00 €	0.00 €
>180 dias	0.00 €	0.00 €
	1535.67 €	10855.02 €

A Direção



O Contabilista Certificado



Santa Comba Dão, 31 de dezembro de 2018

